

FORMAS DE GESTÃO DOS CAMPOS NATURAIS DE MANGABEIRA NO LITORAL DE SERGIPE

Dalva Maria da Mota¹; Josué Francisco da Silva Júnior²; João Bosco Vasconcellos Gomes³.

Palavras-chave: população tradicional, conservação de recursos genéticos, gestão comunitária.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, intensificou-se em todo o Brasil, a valorização das frutas nativas ou naturalizadas, a exemplo do caju, jenipapo, cajá, umbu e mangaba, disponíveis até poucos anos atrás apenas nas feiras livres nordestinas. O consumo dos denominados produtos frescos aumenta em todo o mundo como parte das novas dietas, mas também como um estilo de vida em que são utilizados símbolos associados a comportamentos que valorizam produtos considerados exóticos e oriundos de regiões longínquas. Em paralelo a essa sofisticação do consumo, grupos sociais pauperizados dependem da coleta dessas frutas para sobreviver em processos caracterizados por intenso uso da força-de-trabalho, reduzidos investimentos e utilização de tecnologias resultantes, principalmente, do conhecimento empírico. Com relação à exploração da cultura da mangaba, o trabalho humano é o principal instrumento de extração e transporte dos produtos em áreas que, cada vez mais, estão sujeitas à privatização e ameaçadas por estarem situadas em regiões turísticas, sujeitas à intensa especulação imobiliária. Conseqüentemente, está ameaçada a relação, até agora existente, entre populações extrativistas pobres e campos naturais de mangabeira, eficiente recurso de equilíbrio da relação homem/natureza.

Nos últimos anos, a mangaba ganhou destaque em espaços não convencionais de comercialização, sendo explorada predominantemente pela ação extrativista, embora exista um processo de formação de pomares para atender a demanda crescente. Apesar

¹Socióloga, D.Sc., Pesquisadora da *Embrapa Tabuleiros Costeiros*, Av. Beira Mar, 3250, Caixa Postal 44, Aracaju – SE, CEP 49025-040, E-mail: dalva@cpatc.embrapa.br;

² Eng. Agrônomo, M.Sc., Pesquisador da *Embrapa Tabuleiros Costeiros*. E-mail: josue@cpatc.embrapa.br;

³ Eng. Agrônomo, D.Sc., Pesquisador da *Embrapa Tabuleiros Costeiros*. E-mail: bosco@cpatc.embrapa.br.

de todo esse dinamismo, as populações tradicionais que trabalham e vivem do extrativismo da mangaba, assim como, as suas formas de gestão dos recursos naturais, são quase desconhecidas, dificultando o delineamento de ações que contribuam para a melhoria das condições de vida e da conservação dos recursos genéticos da mangabeira.

O objetivo deste trabalho foi analisar as formas de gestão de campos naturais de mangabeiras no litoral sergipano, observando as diferentes estratégias de uso e conservação dos recursos naturais.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi iniciada no ano de 2003, no Povoado Pontal, situado na região do Litoral Sul de Sergipe. A abordagem qualitativa foi predominante, constando do levantamento de dados primários e secundários, organizados de modo a compor um quadro geral das formas de gestão e valorizando as características individuais e familiares dos entrevistados. Foram realizadas visitas exploratórias para observação das áreas naturais de mangabeira e da vida social local. Também foram aplicados questionários com atores-chave, entrevistas semi-estruturadas com grupos de mulheres e homens, além de entrevistas individuais. Os principais temas abordados foram: perfis individuais, estratégias de sobrevivência, formas de exploração e conservação dos recursos, comercialização e acesso à terra.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O acesso dos habitantes locais aos campos naturais de mangabeira se constitui em uma das práticas mais antigas no conjunto das estratégias de sobrevivência das populações tradicionais das áreas de restinga em Sergipe. Frente às pressões decorrentes da valorização da terra e da mangaba, as formas de gestão desses campos têm passado por transformações, podendo-se observar três tipos de exploração, quais sejam:

- Formas comunitárias de gestão

São áreas privadas, mas que ainda não foram cercadas e que a população local tem acesso para coletar os frutos. Ainda que se trate de um sistema tradicional de acesso a espaços e recursos comuns, não são formas do passado, congeladas no tempo ou em processo de desorganização frente aos avanços da propriedade privada (Diegues, 1997)

ou as tentativas de modernização do espaço rural, muitas vezes, amparadas pelas políticas públicas. No passado recente, a coleta da mangaba obedecia estritamente ao ciclo de reprodução da cultura em que as pessoas se limitavam a colher o que caía naturalmente e o seu uso era predominantemente destinado ao consumo ou à pequena venda em mercados próximos onde era possível chegar sem comprometer a qualidade de um fruto que rapidamente se deteriora. No presente, a retirada dos frutos, antes do amadurecimento, denuncia uma transformação na relação dos habitantes locais com o recurso, com o acesso aos mesmos e com o mercado em que a mangaba passa a ser consumida fresca ou transformada. Os arranjos para a apropriação dos recursos naturais são constituídos predominantemente pelas relações de parentesco e de ajuda mútua, ocorrendo reações às tentativas de implantação de cercas nas áreas. Mesmo assim, a exploração do recurso tem sido ampliada face à maior demanda do mercado. A sobrevivência deste sistema a partir da gestão comunitária, como observado em outras regiões do Brasil (Diegues, 1997), só é possível pelo fato das terras também serem consideradas marginais onde os solos são vistos como desapropriados para o uso agrícola e o turismo não ter ainda se desencadeado.

Diegues (1997) afirma que são passíveis duas situações. 1) exploração comunitária e equilibrada dos recursos e 2) expulsão dos comunitários dos seus territórios em decorrência de ações exógenas.

As formas comunitárias de extrativismo³ e de apropriação dos recursos naturais se revelaram adequadas para o uso sustentado dos recursos durante um longo período de tempo, haja vista que lá permanecem e só mais recentemente começam a ser devastados. A constatação chama a atenção para o aspecto ecológico do extrativismo que explora o valor intrínseco da floresta em oposição às políticas que propõem outras práticas (Lescure et al., 1997). Ao mesmo tempo em que garantem a preservação da biodiversidade dos ecossistemas, primam pelo respeito às práticas sócio-culturais dos povos que os habitam.

- Privatização dos campos e exploração tradicional

São áreas naturais cujos proprietários as adquiriram com finalidade de lazer e colhem os frutos que caem no chão (conhecidos como “de caída”). Normalmente desenvolvem um sistema de parceria com um caseiro em que compete ao mesmo cuidar das plantas, colher os frutos e vendê-los nos mercados mais próximos. Nessas áreas

³ Entendido aqui como o sistema de exploração dos produtos nativos dos diferentes ecossistemas e voltados para diferentes mercados de produtos frescos.

normalmente não é permitida a entrada e a coleta de frutos pelas comunidades ao redor. Essa forma de gestão também permite a conservação dos recursos genéticos da espécie, porém contribui para o desenvolvimento de relações de desarmonia na comunidade.

- Privatização dos campos e exploração comercial

São propriedades adquiridas com fins estritamente comerciais, havendo, além do aproveitamento das áreas naturais, a implantação de áreas cultivadas. Pode-se inferir, nesse caso, que a conservação dos recursos genéticos da mangabeira não está garantida, ficando diretamente relacionada à demanda e ao preço da fruta no mercado. As comunidades tradicionais são excluídas, gerando conflito nas regiões onde esse tipo de exploração predomina.

Das três formas de gestão constatadas, observa-se que a mais equilibrada em termos econômicos e conservacionistas é a gestão comunitária. No entanto, a venda dos frutos sem nenhum tipo de agregação de valor não é suficiente para garantir uma qualidade de vida mínima, considerada aqui pelo acesso aos serviços básicos de água, energia elétrica, instalações sanitárias e alimentos. Deve-se levar em consideração que a renda média mensal está abaixo do salário mínimo e as famílias são relativamente numerosas. Em se tratando da conservação dos campos naturais, a colheita dos frutos não implica na destruição da planta, embora na colheita do fruto “de vez” sejam necessários cuidados a fim de evitar a quebra de galhos e a destruição da planta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIEGUES, A.C. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: VIEIRA, P.F.; WEBER, J. (org.). **Novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 1997, p. 407-432.

LESCURE, J.-P.; PINTON, F.; EMPERAIRE, L. Povos e produtos da floresta na Amazônia Central: o enfoque multidisciplinar do extrativismo. In: VIEIRA, P.F.; WEBER, J. (org.). **Novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 1997, p. 433-494.